

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290004685



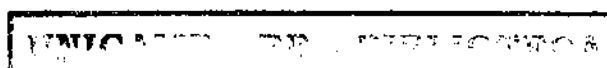
FE

TCC/UNICAMP C33f

CAROLINE GONÇALVES CELENZA

**Formação de professores para a educação inclusiva
segundo o referencial familiar: A construção de um
novo paradigma.**

CAMPINAS
2009



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CAROLINE GONÇALVES CELENZA

**Formação de professores para a educação inclusiva
segundo o referencial familiar: A construção de um
novo paradigma.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação da Unicamp, como
requisito parcial para obtenção
do título em pedagogia, sob a
orientação da Prof. Dra. Hilda
Maria Aloisi

CAMPINAS
2009

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	TCC/Unicamp
	C 33f
V:	EX:
Tombo:	4685
PROC.:	134/10
C:	D: x
PREÇO:	11,00
DATA:	09/04/10
COD TÍTULO:	474792

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

C33f Celenza, Caroline Gonçalves
A formação de professores para a educação inclusiva segundo referencial familiar : a construção de um novo paradigma / Caroline Gonçalves Celenza. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Hilda Maria Aloisi.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educadores – Formação. 2. Educação inclusiva. 3. Deficiência. 4. Família. 5. Paradigma. I. Aloisi, Hilda Maria. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-371-BFE

Este trabalho é dedicado a todos que me apoiaram e me ajudaram até aqui. Sendo assim não poderia deixar de dedicar à professora Hilda e ao professor Silvio, que me ajudaram sempre nesse processo.

Agradecimento:

Primeiramente, agradeço a Deus! E não posso esquecer-me de minha família que sempre me incentivou a continuar meus estudos, principalmente meu querido noivo que teve toda a paciência do mundo para me apoiar e ajudar nos momentos mais difíceis desse processo de formação. E é com muito carinho que agradeço amigas e amigos e a todos os funcionários da biblioteca da Faculdade de Educação. Por último, também sou grata a todos os sujeitos da pesquisa que construíram comigo este trabalho.

Epígrafe:

**“A ferrovia que leva ao sucesso é
construída em cima de um solo de
humildade com pesados trilhos
chamados erros que somente são fixados
numa linha reta com maciços pregos de
perseverança.”**

Eduardo Siqueira Filho

RESUMO:

A presente monografia pretendeu mostrar que a família de pessoas com deficiência pode oferecer insumos importantes para a construção de um novo paradigma a ser adotado na formação de professores, contribuindo para a prática da educação inclusiva.

O trabalho seguiu um desenho tipo levantamento construído a partir de dois instrumentos: um questionário aplicado junto a pessoas “deficientes” bem sucedidas e outro a suas respectivas famílias. Além disso, foi utilizada uma observação do currículo do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp, com vistas a investigar se o seu conteúdo estaria dando conta da formação de atitude apropriada dos futuros professores em inclusão. Os dados passaram por uma análise qualitativa, caracterizando a investigação como estudo de caso dentro de um modelo de pesquisa participante.

Os resultados sugeriram fortemente que a família adequada pode e deve ser mais considerada pela academia no processo de formação da atitude de professores em educação inclusiva. Até hoje, essa família buscou na escola um apoio para a educação mais eficaz de seus filhos. Realizando o processo inverso, este trabalho buscou e encontrou na família subsídios para uma reflexão profunda sobre a atitude da escola e da formação de professores.

Palavras chaves: Formação de professores, deficiência, educação inclusiva, família.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Um salto na realidade do aluno e sua aprendizagem	14
1.1) Historia da educação	15
1.2) Autonomia do aluno	19
1.3) Paradigmas da educação	21
1.4) Exclusão/inclusão	25
1.5) Família e deficiência	29
CAPÍTULO 2: A pesquisa: desbravando um novo caminho na formação de professores.....	31
CAPÍTULO 3: Vozes da linha de frente	34
Considerações finais	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	46
ANEXO 1: Questionário para a família	47
ANEXO 2: Questionário para a pessoa com deficiência	48
ANEXO 3: Sujeitos entrevistados	49

Um dia você aprende que...

...Aprende que o tempo não é algo que possa voltar para trás. Portanto, plante seu jardim e decore sua alma, ao invés de esperar que alguém lhe traga flores. Você aprende que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais. E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida! Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar, se não fosse o medo de tentar..."

(WILLIAN SHAKESPEARE)

INTRODUÇÃO

No ano de 2008, a disciplina EP 111 do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP apresentou uma nova modalidade de educação: a educação inclusiva.

Nas aulas, muito se falou sobre paradigmas, fazendo compreender que para haver ensino inclusivo é necessário redefinir velhos conceitos subjacentes, entre eles o de deficiência. Isso levou os alunos a perceberem como muitas vezes eles vêem um deficiente e o associam à idéia de incapacidade. Por falta de conhecimento ou por discriminação, muitas pessoas acabam designando as atividades consideradas possíveis para ele. Ou seja, “podamos” todas as capacidades a mais que esse indivíduo possa ter. Por outro lado, a literatura também mostra registros de pessoas com deficiência que superaram as barreiras atitudinais e se incluíram na sociedade.

Outro conceito bastante questionado também nas aulas foi o de atitude, especialmente a do professor que via de regra se desespera ao receber um aluno com deficiência em sua classe regular.

As pesquisas mostram uma grande lacuna de metodologias eficazes nessa questão. Parece que a formação do professor continua sendo um ponto crítico da educação.

A escola normal foi responsável pela formação do professor comum e também do professor para classe especial, uma vez que na época ela era a única opção de

escolarização. Pouco se falava em deficientes e na maioria das vezes estes eram reclusos em casa pela própria família.

No magistério, a formação de professores também não dava conta das especificidades, não conseguia lidar com a diversidade encontrada dentro das escolas no dado período. Atualmente, os novos professores, embora com nível superior, ainda parecem chegar com uma formação deficiente para atender os chamados alunos especiais e apresentam enorme dificuldade em entender e trabalhar dentro da modalidade da educação inclusiva.

Uma pesquisa intitulada “Aprimoramento Institucional pela pesquisa Inclusiva”, desenvolvida pelo LEPED/FE, UNICAMP, em 2000, junto a 463 professores de 56 escolas públicas das redes municipais de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória sobre educação inclusiva, constatou que eles estão sendo mais criteriosos e menos tendenciosos a rotular os seus alunos, além de situarem nesse momento a origem das dificuldades fora do aluno, ou seja, o aluno não é mais o problema em questão. E entre as dificuldades apontadas pelos professores estão: número excessivo de alunos por sala de aula, *falta de preparo dos professores que não conseguem bons resultados com seus alunos*, ausência de incentivo de reciclagem dos atuais professores e dificuldade de enfrentar na prática pedagógica diferentes estruturas familiares que definem o gostar ou não de aprender.

Um trabalho de conclusão de curso (SILVA, 2009) foi desenvolvido e veio corroborar com a argumentação sobre a importância de uma formação adequada de futuros professores. A autora demonstrou que os alunos da graduação de pedagogia, da Universidade Estadual de Campinas, ainda tinham pouca informação sobre inclusão de

deficientes, pois, era apenas um semestre da disciplina EP111 e nenhuma outra aborda o tema.

Por fim, a disciplina proporcionou a oportunidade dos alunos discutirem mais um fator importante dessa problemática: a família da pessoa com deficiência. Esse tópico causou grande impacto, uma vez que ao invés de se discutir as dificuldades criadas por ela, sua inadequação e sua necessidade de receber orientação, foram convidados a palestrar familiares extremamente adequados no trato de seu membro deficiente. Sem terem nunca recebido aconselhamento de profissionais, essas famílias se revelaram verdadeiras especialistas em inclusão.

Refletir e repensar a formação de professores que trabalham em educação inclusiva, especificamente com pessoas com deficiência, é primordial, assim como discutir de que maneira podemos contribuir para esse processo de modo a melhorá-lo cada vez mais.

A família adequada pode ser um caminho. Em seu referencial talvez resida a chave do problema.

O presente trabalho, portanto, pretendeu contemplar essa questão, traçando os seguintes objetivos:

Objetivo geral: usar a adequação da família da pessoa com deficiência como novo referencial para a formação de atitude do profissional da área.

Objetivos específicos:

1. Identificar o conceito que a pessoa bem sucedida com deficiência tem do papel de sua família nesse êxito;
2. Ponderar a atitude da família da pessoa bem sucedida com deficiência para com essa última;

3. Examinar o conteúdo curricular e os objetivos do curso de Pedagogia quanto ao aspecto da formação de atitude do professor para com a pessoa com deficiência;
4. Contribuir para uma mudança desses currículos com vistas a contemplar a formação do professor em educação inclusiva.

No primeiro capítulo, apresentaremos um levantamento bibliográfico, tendo como primeiro tópico a história da educação, para compreender a escola e seus primórdios, e como segundo tópico a autonomia do aluno como solução para muito do que se encontra na mesma realidade escolar. Por último, os paradigmas da educação, a inclusão/exclusão e família e deficiência, com o intuito de mostrar como esses temas são geralmente tratados e como o presente estudo seguiu rumos opostos e neoparadigmáticos.

O segundo capítulo é pautado na descrição do experimento, como foi realizada a pesquisa, o tratamento dos dados, a metodologia: os sujeitos entrevistados, os instrumentos utilizados, os procedimentos metodológicos e o tratamento dos dados.

O terceiro capítulo mostrará e discutirá os dados coletados na pesquisa, ou seja, traz os falares e os quereres dos sujeitos pesquisados. Este trabalho foi construído a partir da investigação junto a dois sujeitos diferentes, o primeiro sendo a pessoa com deficiência e o segundo seus respectivos familiares.

No último capítulo, há as considerações finais, onde as reflexões sobre o estudo feito são abordadas, as idéias e posicionamento da pesquisadora são explicitados, bem como apresentadas as argumentações finais.

CAPÍTULO 1

Um salto na realidade do aluno e sua aprendizagem

O contexto social, as visões construídas e os paradigmas influem sobre os “deficientes”, *os educadores*, os alunos,..., sobre todos, e mudam/transformam consigo o conceito e as práticas educacionais adotadas na escola, assim como a própria visão de si que o indivíduo terá constituído.

Vygotsky (2007) chama de internalização a construção interna de uma operação *externa*, onde a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana. Quando estamos construindo o cognitivo das crianças, a influência do meio é muito importante para que possa construir o que “será de si” quando adulto. Essa **interação do meio** interfere tanto na pessoa com deficiência, assim como nas que estarão ao seu redor.

As relações na vida de uma pessoa têm a função de ajudar a definir sua identidade, diferenciar-se do outro e fazer com que saia da influência do âmbito apenas familiar - como acontece geralmente até certa idade –, para que possa tornar-se um indivíduo único perante a sociedade em que vive. Sendo assim, o relacionamento garantiria a inserção social do indivíduo. No caso de pessoas deficientes, essa inclusão é mais difícil em função de preconceitos e estigmas geralmente ligados à deficiência. Para PASQUALIN (2001), *“esquecem que a pessoa com deficiência também vive em*

relação, e por isso tem que passar por elas” (p. 218).

Mas cabe lembrar aqui que preconceito é diferente de falta de informação. Muitas vezes, acabamos julgando aqueles que temem as pessoas com deficiência como sendo preconceituosos, mas há pessoas que agem dessa maneira pela falta de informação somente, e não por preconceito. Professores mal informados não sabem lidar com a diversidade humana existente em sala de aula.

“Educar é difícil, é trabalhoso, exige dedicação, sobretudo aos que mais necessitam. Transferir problemas é fugir da verdadeira educação, é uma espécie de médico que transfere o doente de hospital, lava suas mãos e não se sente comprometido com o caso quando da morte do paciente, porque aconteceu em outro hospital e em outras mãos.” (WERNECK, 1992, p.61)

É na própria estrutura da sociedade que encontramos os obstáculos, impedindo que todas as pessoas sejam livres. Ônibus sem *lift*, escadas altas... E é essa falta de adaptação de um social voltado para todos que devemos repensar, pois, quem passa por uma cirurgia ou tem uma certa idade já não é tão ágil nas escadarias e nos obstáculos diários das ruas.

1.1) *História da educação:*

Nesse contexto de formação de professores, Silva (2007) tenta compreender a importância da escola normal no Brasil, a quem ela era destinada, quem era a sua clientela e como ela começou a perder seu prestígio. Esse conhecimento sobre a origem da escola leva ao entendimento de sua atual situação também.

Uma escola que tem como objetivos iniciais a educação de uma dada parcela da população tem, portanto, desde seus primórdios, uma política educacional voltada para uma minoria da população, uma elite que se respaldava e se teorizava dentro dessa dada instituição. Hoje, apesar de terem ocorrido várias mudanças, ainda são encontrados resquícios dessa mentalidade primeira.

A história da educação serve para fazer-nos entender toda uma visão sobre a educação especial, pois, tudo está relacionado aos contextos históricos nos quais estão inseridos os alunos e as escolas. Entender os seus primórdios e para quem a escola foi construída faz com que sejamos capazes de entender sua característica excludente. E na atualidade, é preciso acabar com esses resquícios para que se possa quebrar paradigmas desfavoráveis à educação inclusiva.

Quando, por exemplo, observamos a escolarização na fase jesuítica já pode ser observada uma busca à conversão dos indígenas à fé católica. Tudo era feito através da catequese e da instrução, ou seja, da “organização escolar” (se é que podemos utilizar esse termo); tudo era estritamente vinculado à política dos colonizadores/dos portugueses. Desde a colonização, podemos ver uma tentativa de implantar a cultura da minoria nas maiorias encontradas. Será que mudamos muito? Será que preparamos nossos alunos com autonomia? Será que sempre se respeita a cultura dos alunos? Quantas incertezas sentimos nessa área?

As tendências educacionais no Brasil, nas últimas décadas, passam por uma disseminação de teorias que tentam promover esse ensino diferenciado do tradicional que é apresentado até então nas escolas, com um ensino menos autoritário, compulsório e unilateral. Prova disso são as próprias leis que se voltam para a educação globalizada e de todos, ou pelo menos tentam fazer com que a educação seja muito mais pautada na

realidade do educando e não apenas um “*ensino bancário*”. Freire (1979) aborda o ensino bancário onde diz que nada ou quase nada existe em nossa educação, que desenvolva no nosso estudante o gosto da pesquisa, da constatação, da revisão dos achados - o que implicaria no desenvolvimento da consciência transitivo-crítica. Pelo contrário, a sua perigosa superposição à realidade intensifica no nosso estudante a sua consciência ingênua.

Cabe ressaltar a Declaração de Salamanca, que é muito mencionada na legislação vigente, na qual se lê:

Reafirmando o direito de todas as pessoas à educação conforme a declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial, na conferência mundial sobre educação para todos, de 1990, de garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças particulares; (grifos meus)

Recordando as diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram nas normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com Deficiência, nas quais os estados são instados a garantir que a educação seja parte integrante do sistema educativo [...] (BRASIL, 1994, p.9-10)

A própria declaração nos diz que se deve garantir o direito a todos, independente das suas particularidades.

Com o decreto 696/1995, de 28 de abril, que é sobre o ordenamento da educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, também podem ser vistas algumas tentativas de melhoria em outras áreas, como maior qualidade de vida no âmbito familiar, social e também profissional.

Os artigos 205 ao 214 falam sobre a educação como direito de todos e dever do estado e da família, sendo que o ensino deverá ser ministrado dentro de alguns princípios, com especial destaque o fato de *que deveria ter na sua ministração o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas*, ou seja, a própria Constituição visa em

suas linhas a quebra desse desrespeito com a diversidade, tendo em vista que não mais se estimula a padronização de concepções pedagógicas e muito menos um ensino padrão. Cabe às escolas terem de se adaptar às necessidades presentes na sociedade em que atuará.

“... toda a escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência”. (MANTOAN, 2003, pg. 36-37)

“A integração seleciona os alunos com deficiências explícitas, e eles sofrem um processo de individualização: com currículos adaptados, avaliações especiais, redução de objetivo. Neste caso exigem-se menos dos alunos para aprenderem algo. Neste caso, a escola não muda totalmente, quem faz isso são os próprios alunos, para se adaptarem as exigências da instituição e continuarem seus estudos.” (MONIQUE, 2009, PG.19)

Autonomia dentro desse quadro deveria estar presente para todos os seus alunos, pois, o aluno “especial” com uma estrutura adequada poderá também ter sua autonomia, e assim, aprenderá a ser um ser emancipado.

Mota (2008) nos mostra que a inclusão representa um avanço em relação ao movimento de integração social já adotado pela sociedade, que pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educacional desenvolvido pelas escolas comuns regulares. A inclusão prevê uma reestruturação do sistema educacional, havendo mudanças estruturais, objetivando oferecer um espaço democrático e competente, onde se possa trabalhar com todos os alunos, sem distinções, baseando-se no princípio de que o respeito à diversidade deve ser desejada. A educação deve estar voltada para a prática da cidadania, de forma dinâmica, valorizando e respeitando as diversidades dos alunos, estimulando os mesmos a construir seu processo de conhecer, aprender, reconhecer e construir sua própria cultura.

1.2) Autonomia dos alunos:

*Havia algo que me separava do livro didático.
Era a bola.
Com a bola eu brincava, com o livro didático..
A bola era redonda, o livro didático..
A bola me ajudava a encontrar pessoas, o livro didático..
A bola trazia alegria, o livro didático..
A bola pulava, o livro didático..
A bola me fazia sonhar, o livro didático..
Tinha bola de plástico, de meia, de capotão..
Tinha a bola n. 3, a n. 5 a oficial e a do futebol de botão, ...
Tinha a bola que era presente e a que era conquista
(a bola que as meninas poucas vezes me davam).
Tinha a bola que eu jogava e a da seleção.
O livro didático era tudo igual, o meu, o do meu primo, o do
Imigrante e do retinante...lá em Rio Claro, lá em São Paulo,
Em Porto Alegre e em natal.
Hoje eu brinco...com os livros, não os didáticos,
Mas a bola continua ali,
Do meu pé ao pé do Vitão.*

(PEREIRA LEITE, C.; 2007)

Questões importantes aparecem para quem é educador e há problemas que não podem ser ignorados dentro do processo de ensino e aprendizagem, como, por exemplo, a autonomia do aluno. Se não forem estimulados os pensamentos, as reflexões, as críticas próprias, como pode ser formado um futuro profissional competente?

Parece que o ensino vai além de simples apostilas com indagações mais construtivas, onde não se pergunta apenas as coisas óbvias, como qual é o nome da personagem, qual era a cor da bola que ele brincava, pois, tudo isso já está escrito nos textos apresentados. As crianças não são estimuladas a fazerem tomadas de decisões, tudo é dado já pronto, são estipuladas regras sem que haja reflexões e explicações sobre a criação das mesmas. Uma regra que promove a autonomia moral dos alunos é

construída juntamente com eles através de conflitos existentes no dia-a-dia. Vinha (2000) relata que não existe um momento específico em que se trabalhará a educação moral e que será durante a **convivência diária** com os adultos, com seus pares e com os problemas nos quais se defronta e também quando a criança experimenta e age sobre determinadas situações que ela irá **construir** seus valores, princípios e normas morais.

Quando dentro de uma escola pública um garoto surdo ou ainda um garoto com a Síndrome de Asperger é colocado dentro de uma sala de aula regular e sua professora nunca leu sobre o assunto, o que acontece? O que ela faz? Será que corre atrás de informações? Será que respeita a autonomia desse aluno? Será que ele será excluído ou incluído dentro daquela sala ou os padrões e as normas serão deixados de lado e a diversidade trará crescimento e aprendizagem dentro daquela sala?

Questionamentos como esses são muito importantes, porque se fala muito em inclusão, que a escola deve aceitar pessoas deficientes, promovendo uma educação para todos. No entanto, não basta acolher apenas fisicamente, é preciso promover a interação social, é preciso ensinar, respeitar o aluno e sua autonomia, não limitando suas experiências, sua aprendizagem e seu crescimento educacional e cognitivo. Toda criança, deficiente ou não, tem direito à educação com qualidade. E esta só ocorrerá com adaptações físicas e pedagógicas, atendendo à necessidade **de todos**.

Dentro do ensino atual podemos visualizar uma realidade voltada para sistemas apostilados, ou aulas direcionadas para a busca de padrões e de cumprimento das normas. Nas escolas vemos exercícios voltados para que haja simplesmente uma resposta que tem uma determinada estrutura já esperada. Cabe também aos professores fazer a indagação: como podem ser preparadas as aulas para que transcendam aos

poucos os inadequados exercícios apostilados. Muito se critica as cartilhas atualmente, porém, não se relata muito o fato das apostilas também seguirem o mesmo padrão.

Muitas teorias como a de FREIRE (1996) mostram que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem nas **diferenças**. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever de todo o educador. Como educadores, devemos ter respeito à autonomia e à identidade do educando e para isso cabe entrar no campo dos paradigmas, já que se torna primordial a busca de novos paradigmas educacionais que contemplem a autonomia de todos os envolvidos no processo educacional.

1.3) Paradigmas na educação

*Me disseram que era o meu segundo Lar.
E é verdade: eu aprendo muita coisa realmente,
faço amigos, conheço gente. Mas não quero estudar para sempre,
então, vou passar de ano. Não tem outra saída,
mas o ideal é que a escola me prepare para a vida,
discutindo, ensinando os problemas atuais e não me dando
as mesmas aulas que eles deram pros meus pais
e matérias dos quais eles não lembram mais nada.
Quando eu tiro dez é sempre a mesma palhaçada:
"manhêêêê, tirei 10! Na prova me dei bem."
"decorei toda a lição, não errei nenhuma questão!";
"não aprendi nada de bom, mas tirei dez!".
"falô, filhão! ...boa, filhão!!!"
"manhêêêê,...tirei 10. na prova tirei 10".
"Não aprendi nada de bom, mas tirei 10!!".
"Boa, filhão!!"
Tudo que aprendi, amanhã já esqueci.
Decorei, copiei, memorizei, mas nada entendi.*

(Gabriel, o pensador. *Estudo Errado*)

A existência de um paradigma autoritário e único faz com que se estabeleçam parâmetros como modelos universais, principalmente dentro das escolas/dos campos

educacionais. Precisamos construir um espaço onde prevaleça o respeito à pluralidade de paradigmas, assim como a autonomia dos alunos.

Relacionando a teoria de Freinet a esse contexto de paradigmas e a teoria da educação emancipatória de base freireana, chegamos a uma teoria de métodos abertos, inclusivos, que estão em evolução. Seus paradigmas trazem em si um contexto histórico-social da educação popular próprio, ou seja, os paradigmas se transformam e se reproduzem juntamente com as transformações ocorridas dentro de uma dada sociedade.

ABREU JR. (1996) disserta que a escola moderna é um fracasso no controle sobre o processo educativo, havendo boas razões para isso: a começar pelo próprio entendimento de que educação tem que haver controle. Para ele enquanto a escola se preocupa mais com suas regras de funcionamento, seus ritos de passagem, sua divisão estanque de conteúdos, menos empenhada estará para educar no cenário atual. Dentro dos contextos relatados na atualidade, pode-se constatar que caso a escola reproduza um modelo como único e correto, isso faz com que ela possa ser um palco para a exclusão onde estará repleta de agressões cruciais, apelidos maldosos, brincadeiras ofensivas e situações embaraçosas. Nesse ínterim, os alunos mais frágeis são humilhados e acabam se sentindo excluídos dentro do grupo de alunos, construindo assim uma ponte para o fracasso escolar e para a contribuição do aumento da exclusão dentro das instituições de ensino.

ABRAMOWICZ (2005) evidencia que o silêncio de educadores diante do incômodo causado por um estudante que age de forma distinta da maioria não é uma atitude neutra. É uma tentativa de eliminá-lo. Fingir que alguém não existe, nada tem de imparcial, e ignorar costuma ser a melhor forma de fazer valer os padrões de

comportamentos considerados “bons”, “corretos”, “normais”. O silêncio e a tentativa de ignorar o diferente são ações que denotam cumplicidade com valores e padrões de comportamentos hegemônicos. Ou seja, muitas dessas “violências”, ou melhor, desses preconceitos podem estar disfarçados dentro das atitudes dos próprios professores, funcionários e alunos, quando, por exemplo, uma professora finge que não está vendo um insulto vindo por parte dos alunos. E ainda podemos observar que, muitas vezes, a rotulação vem até mesmo por parte dos professores, que dizem frases repletas de exclusão.

Excluir, podar o conhecimento e estereotipar os alunos faz com que estes não sejam futuros adultos capazes de ter senso crítico próprio, de expressar seus argumentos e desenvolver uma autonomia para com o conhecimento dado. Pois, muitas vezes, esses *rótulos* são fixados em seu íntimo, ou seja, uma criança que escuta na sua infância que não é capaz, dificilmente ela **sozinha** conseguirá erguer a cabeça e “dar a volta por cima” para que possa provar que ela não é exatamente o que foi taxada. STERNBERG (2003) discursa que praticamente todas as pessoas têm aptidões e dificuldades de aprendizagem. O rótulo não determina apenas se as pessoas têm dificuldade, mas se as dificuldades que elas têm são aquelas que a sociedade escolhe, por razões próprias, para rotular como tal. O fato de um indivíduo ser rotulado é resultado de uma loteria em que automaticamente entrou, gostasse ou não.

“uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandos pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber à sua capacidade de decidir”(FREIRE, 1979,p.43)

Quanto à autonomia voltada para o processo de aprendizagem dos alunos, LARROSA (1998) mostra relações e conceitos vinculados com a aprendizagem: a amizade entre alunos e professores se dá “quando ambos são mordidos e feridos pelo mesmo veneno”, juntos compartilharam da mesma mania e mesmo delírio. Não adianta nada preparar um material que não condiz com a realidade do aluno, ou seja, uma lição só dará autonomia se o professor e os educando forem cúmplices nas atividades, se eles obtiverem juntos os mesmos interesses e assim, como consequência, haverá um crescimento coletivo. Um aluno que tem medo de expor seu conhecimento foi estimulado de uma maneira autônoma?

“ A amizade da leitura não está em olhar um para o outro, mas em olhar todos na mesma direção. E em ver coisas diferentes. A liberdade da leitura está em ver o que não foi visto nem previsto. E em dizê-lo.”(LARROSA1998, p.145).

PRETTO(2000) narra que quando a criança chega a escola, já está vivendo um mundo de informações, da televisão, *videogames*, das imagens presentes em todos os espaços, invadindo o seu cotidiano. O conhecimento, na sociedade pós-moderna, ultrapassa fronteiras e é transmitido de várias formas. A internet é uma facilidade dada aos alunos para pesquisarem além do que está sendo abordado em aula, isto é, eles estão com cada vez mais acesso ao conhecimento e, se os professores não buscarem da mesma fonte acabarão “podando” seus alunos, fazendo com que o conhecimento dado não seja compatível com o adquirido pelos discentes.

“A escola precisa transformar-se para ser algo além de fonte de informação. Ela precisa compreender que um novo papel lhe é reservado, um papel diferente, não sendo mais, necessariamente e exclusivamente, o de centro mediador de informação.”(PRETTO, 2000, p.108).

Muitos professores ainda não entenderam que o espaço tradicional e linear da escola não é mais o limite para a educação numa sociedade que se mostra tão globalizada. A escola não poderia refletir sobre as relações entre o conhecimento, sociedade e organização econômica excludente? Aprender não é coisa mecânica, muito menos treinamento ou repetição, é sim um processo de construção e transformação do conhecimento e do indivíduo.

“Hoje não há mais problemas que não sejam complexos e não há mais lugar para a sabedoria que não abra para a pluralidade. Mas, dentro dessa complexidade, todos eles têm uma dimensão humana, apresentando, portanto, implícita a qualidade de vida que deles decorre”. (GREGO, 1994, p.27)

STEINBERG (2001) nos mostra que não podemos proteger nossas crianças do conhecimento do mundo que a hiper-realidade lhes torna acessível, e sendo assim temos que desenvolver a educação, a habilidade paterna e instituições sociais que direcionarão esta revolução cultural num caminho que ensine nossos filhos e alunos a terem senso do caos da informação na hiper-realidade, para que consigam discernir as informações boas das ruins, já que muito da mídia está voltado somente para o consumo contínuo. E nesse mesmo contexto, o autor relata que a escola vem a ser não apenas a instituição de repasse de informação, um local de hermenêutica, mas também um lugar onde o pensamento é formado, onde o caminho para a negociação está sendo produzido.

1.4) Inclusão/exclusão:

A educação é muito importante para as crianças, pois, é alicerce para toda uma vida social, passando para o aluno a cultura, cidadania os saberes e fazeres, levando o

indivíduo a crescer em todos os sentidos. Uma boa educação é a que está voltada para a formação de um cidadão em sua totalidade, não somente passando os conteúdos programáticos (desenvolvendo psicologicamente, emocionalmente, intelectualmente...), e esta é direito de todos.

Antes, o que se encontrava era uma educação onde os que não se encaixavam dentro das “normalidades” eram excluídos desse processo educacional.

As **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial** na Educação Básica mostram como foi tratada a deficiência durante muito tempo na sociedade:

“Em todo o mundo, durante muito tempo, o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente também mantinha-se apartada em relação à organização e provisão de serviços educacionais.”

As novas diretrizes têm como intuito a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais, visando uma educação inclusiva, implicando assim, em mudanças significativas. Dessa maneira, o aluno agora não é mais considerado a origem de um problema, mas sim um desafio, para que sejam construídas coletivamente as condições para atender a diversidade existente dentro de cada escola, ou seja, na formulação da lei é a escola quem deve se organizar e preparar seus professores para atender o aluno quando necessário.

“... O silêncio de educadores diante do incomodo causado por um estudante que age de forma distinta da maioria não é uma atitude neutra...” (ABRAMOWICZ, 2005, p. 18).

BARTHES (1999) afirma que a linguagem nos obriga a dizer certas coisas e ocupar certas posições (mãe, mulher, aluno...), linguagem essa que também nos faz

ocupar a posição de normal ou especial. Quando se fala em educação, muito se utiliza a palavra aluno especial para amenizar a palavra anormal. Esse estudante diferenciado desafia normas e faz com que discussões apareçam e sejam repensados conceitos. Os padrões não são resultado de uma biologia do ser humano, mas sim algo socialmente construído ou destruído.

A própria escola ajudou a enfatizar os conceitos de gênero, já que por muito tempo se chegou a separar meninos e meninas. Pode-se ver que no modelo escolar coloca-se cada um em seu lugar, onde cada um aprende a ouvir, falar, calar, parar, tudo quando está no seu momento oportuno. Como se pode só dizer ou fazer algo no momento em que os outros impõem? Muito mais estranho deve ser isso para uma criança quando ela ainda está aprendendo a falar, andar, ouvir e acaba se deparando com imposições de “não pode, não deve, não é hora” etc.

“A escola ensina aqueles que marcam como estranho a silenciar sobre si mesmos, como se fossem objetos a ponto de deverem manter seus sentimentos escondidos de todos. A instituição que em tese deveria educar respeitando particularidades e de forma a contribuir para uma sociedade mais justa termina por ensinar a dissimulação, a obrigação de rejeitar em si mesmos tudo o que os diferencia da maioria” (ABRAMOWICZ, 2005, p.19).

SILVA (2007) em seu estudo aborda a inclusão nas Universidades, mais precisamente dentro da UNICAMP. Ela relata que vivenciamos a busca pela inclusão nos diversos níveis do ensino regular e, em decorrência disto, instituições educacionais de diferentes níveis de ensino estão sendo desafiadas a mudar. Para ela, as pesquisas na sua maioria atentam para o fato de que para uma Universidade ser inclusiva, não é suficiente apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas e físicas. Para isso, é

necessário que as pessoas sejam ouvidas, não só as com deficiência, mas também os demais sujeitos que com elas convivem.

SILVA ainda mostra que, em resumo, as pessoas com deficiência têm chegado às universidades e estas instituições têm inúmeras dificuldades e dúvidas com relação ao que precisam prover e à forma como devem se estruturar para receber esses alunos. Tendo que se atentar para o fato de que as políticas de acessibilidade não se limitam a questões relativas ao meio físico, à arquitetura ou mesmo ao aprimoramento de equipamentos e técnicas. Em seu trabalho, pode-se ver e conhecer dentro da UNICAMP o LAB (laboratório de acessibilidade) que fica localizado no primeiro piso da biblioteca central, e atenta para a necessidade urgente de ampliar o atendimento educacional especializado para fora dos muros do LAB, já que os alunos entrevistados enfatizaram a necessidade desse serviço em outras unidades da Unicamp, pelo fato de terem de recorrer ao laboratório sempre que precisam de algo.

O movimento da inclusão não deveria nem existir, pois, todos já deveriam ter esse direito naturalmente.

“O debate sobre a inclusão deve ser relacionado a esse contexto, ou seja, quando se fala em inclusão em nossa sociedade pode-se, na verdade, estar escondendo o processo de exclusão social no qual os alunos e suas famílias estão inseridos”.
(GERALDI, 2004, p.64)

A escola já nasceu comprometida com a exclusão? Ela foi criada para todos? Questionamento esse bem abordado em um artigo do livro *Escola Viva*, onde os autores indagam: como lidar com os limites de uma escola que historicamente nasceu comprometida com a exclusão e que cumpre até hoje este papel a mando da organização social atual. Segundo esses autores, em primeiro lugar, há que se restabelecer a crença das políticas públicas no professor e no espaço de discussão coletivo da escola.

“Com uma sociedade não excludente, certamente não teremos mais que discutir inclusão. Essa nova sociedade está sendo construída a algum tempo. É preciso juntar-se a esse esforço. Mas, enquanto isso não se torna realidade, o que fazer?”. (GERALDI, 2004, P. 68)

1.5) Família e Deficiência

CHACON et al (2007), ao falar da família como parceira no desenvolvimento e na educação do deficiente visual, define a família como sendo:

- uma estrutura criada pelo homem e constitui-se de forma diferente em situações e tempos diferentes, de maneira a responder às necessidades sociais, bem como individual de cada um dos seus membros. Constitui-se em torno de uma necessidade material com função biológica a reprodução e exerce ainda função ideológica, ou seja, é na família que os indivíduos são educados para perpetuar a estrutura familiar que sofre modificações a cada século (p. 132).

E continua afirmando que funciona como uma rede de apoio ou como impedimento no desenvolvimento de seus membros. Quando um familiar apresenta uma deficiência, há o choque entre a família pensada e a família vivida. Segundo SZYMANSKI (apud CHACON et al, 2007):

Tais conceitos implicam as diferenças entre o que é pensado, idealizado sobre família e o que é de fato vivido construído como realidade, tendo em vista as soluções funcionais e existenciais características de cada grupo familiar, que é influenciado

por um contexto próprio, singular (p. 137).

Segundo PASQUALIN (2001):

A família é o espelho social que fornece imagens da criança e informações a seu respeito, as quais terão forte repercussão em seu desenvolvimento futuro. Através da internalização de sistemas simbólicos da sociedade, ou de grupos sociais aos quais pertencem, por meio de representações sobre deficiência, a família contribui de forma inequívoca para manter, ou mesmo aumentar, as limitações e incapacidades da pessoa alvo da “profecia” (p. 217).

E acrescenta:

muitas vezes, em situações de relacionamento social, comportamentos rebeldes, aceitos como normais quando vindos de outras crianças, são rigorosamente julgados por profissionais de saúde e adultos de seu convívio, que buscam explicação na deficiência para todo tipo de comportamento. O resultado disso é a impossibilidade de escapar da confirmação do desvio (p.217).

MIRANDA, RESEGUE, FIGUEIRAS (2003), num artigo voltado a pediatras, pedem que esses orientem aos familiares para que *“tratem-nos como criança quando forem crianças e como adolescentes quando adolescentes, respeitando sua sexualidade”* (p.37).

CAPITULO 2:

A pesquisa: desbravando um novo caminho na formação de professores

A pesquisa pretendeu introduzir um novo parâmetro na formação de profissionais que se interessam pela educação inclusiva, ou seja, tomar a atitude da família da pessoa com deficiência como referencial construtor de novos paradigmas educacionais.

A idéia foi a de desenhar um experimento que tentasse testar a hipótese de que a educação pode encontrar na família adequada os insumos necessários para melhor preparar o profissional da área para atuar dentro da modalidade da educação inclusiva.

Assim sendo, foi realizado um estudo de caso dentro da perspectiva de pesquisa participante, porque os sujeitos foram investigados em seu próprio ambiente, assim como o objeto da pesquisa. Portanto, sujeito e objeto foram observados e o conhecimento construído com a participação do pesquisador, podendo se tornar uma pesquisa ação quando os resultados forem transformados em metodologias alternativas de ensino.

Os sujeitos que participaram da pesquisa ora apresentada pertenceram a dois grandes grupos:

a) pessoas com deficiência, de ambos os sexos, procedentes da cidade de Campinas e região, numa faixa etária de 25 a 55 anos, consideradas bem sucedidas na

vida¹, perfazendo um total de 14 sujeitos. Todos são adultos, com empregos fixos, nível de escolarização alta (Ensino Superior);

b) respectivos familiares do primeiro grupo de sujeitos, também de ambos os sexos (pais, mães, irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, esposas e maridos), perfazendo um total de 20 sujeitos.

Os dados coletados foram tratados por meio de uma análise qualitativa e, em seguida, cruzados e comparados com a grade curricular do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp. Esse estudo comparativo objetivou levantar reflexões e discussões sobre o potencial do conteúdo desse curso na formação global do professor. Em outras palavras, pretendeu-se avaliar o quanto o ensino de pedagogia consegue dar conta dessa formação, uma vez que a educação inclusiva requer um trabalho profundo e arrojado de mudança de paradigmas interiores.²

Foram retirados dessa análise qualitativa e colocados em destaque alguns dos aspectos considerados mais importantes para o escopo da presente monografia. Em seguida, colocados em discussão e abstraídas as principais conclusões do estudo. Nenhuma categoria de resposta foi criada para que não se perdesse a riqueza do material colhido pelas questões abertas. Os depoimentos foram registrados e analisados em sua íntegra.

A investigação contou com dois instrumentos de pesquisa, a saber: um questionário de 9 perguntas abertas voltado para a pessoa com deficiência (anexo 1) e outro questionário de 10 perguntas, também abertas, dirigido às respectivas famílias da pessoa com deficiência entrevistada (anexo 2). Além desses dois instrumentos, foi

¹ Entenda-se por pessoas com deficiência bem sucedidas aquelas que conseguiram incluir-se na sociedade por meio da escola e do trabalho.

² Chamaremos de paradigmas interiores todo o sistema de valores, crenças, emoções, sentimentos e comportamentos existentes no mundo subjetivo de todos os seres humanos.

também utilizada uma observação do currículo do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp.

Para realizar a investigação, foi adotado o seguinte procedimento: o contato com os sujeitos foi feito por meio de indicação de pessoas e precedeu a aplicação dos instrumentos pela pesquisadora. Nessa comunicação prévia, o entrevistado era informado sobre os objetivos e estratégias adotadas pela pesquisa e, em seguida, convidado a participar do estudo. As entrevistas eram agendadas, incluindo data e local. Todas aconteceram dentro do ambiente social dos sujeitos. Algumas entrevistas foram realizadas *in loco* e gravadas, outras pela internet e quando ambas as possibilidades anteriores eram descartadas, a entrevista era realizada via telefone.

O primeiro entrevistado foi uma pessoa com deficiência que já faz parte do rol de amigos da pesquisadora. Os demais sujeitos entrevistados foram indicados pelo sistema “boca a boca”, ou seja, as entrevistas eram feitas sucessivamente com a indicação do sujeito entrevistado por último.

Cada entrevista durou em média de meia hora a três horas. Todos os sujeitos, de ambos os grupos, mostraram interesse e receptividade em ajudar na realização da pesquisa, afirmando que há necessidade de mudança na realidade escolar.

CAPITULO 3:

Vozes da linha de frente

Pesquisando sobre as pessoas com deficiência, seus parentes, ou seja, os referenciais familiares, alguns aspectos saltam aos olhos e revelam fatores importantíssimos para a discussão que pretendemos levantar com esta monografia. Vale ressaltar que os resultados apontam para a confirmação da hipótese levantada no início desta pesquisa e isso precisa ser tratado doravante com a máxima consideração.

A maioria dos entrevistados relatou que, em seu processo de formação, o que lhes ajudou muito foi a maneira como os familiares trataram o tema “deficiência”, isto é, com muito mais naturalidade do que se pode imaginar, fazendo com que tivessem uma vida normal e repleta de capacidade e superação. É desse paradigma familiar que se deu em grande parte o sucesso encontrado, a maneira como o sujeito internalizou essa avaliação, transformando-a em um auto-conceito positivo, de pessoa capaz, tornado-se autônoma, habilitada e totalmente inserida na sociedade, conforme se pode constatar na declaração dos sujeitos do primeiro grupo: *“(...) hoje, sou bem sucedido porque eu me esforcei muito e minha família me ajudou sempre, eles nunca me viram como alguém diferente ou até mesmo deficiente, me viam como uma pessoa normal, com limites, mas uma pessoa normal (...)”*.

Esses indivíduos foram de fato encorajados a se considerarem vitoriosos, pessoas que “capitalizam suas potencialidades, em vez de vítimas de suas debilidades” (Sternberg,2003). A pesquisa mostra pessoas com alguma deficiência que conseguiram

quebrar os rótulos e paradigmas devido ao novo conceito, o novo paradigma que seus familiares construíram.

O comportamento da família foi estudado com vistas a resgatar e generalizar para os futuros profissionais da área alguns conceitos adotados dentro da estrutura familiar, caminho inverso do que até então se tem feito. Enquanto por longos anos a família da pessoa com deficiência foi alvo de assistência e reclamações por parte dos profissionais que enfatizam suas dificuldades em lidar com o membro deficiente, agora algumas delas passam a ocupar a posição de modelo para a construção de uma atitude adequada para com as pessoas com deficiência.

No decorrer das entrevistas, torna-se claro que as famílias pesquisadas têm a visão de que a pessoa com deficiência é um ser em potencial para crescer. Embora tenham aquilo que é considerado deficiência pelo meio social, elas são iguais em potencial. Essas famílias afirmam que nunca se deve privá-las do social, das atividades diárias, já que têm capacidades iguais ou superiores, ou seja, são pessoas com suas capacidades e dificuldades próprias: *“(...) a visão que ele tem do irmão é de absolutamente de igual para igual (...)”*; *“(...) Meu pai e minha mãe nunca me privaram de nada... nem de pular no bang-jump... tava sozinho... com meus primos e irmão..., mas daí te digo eles nunca me privaram de nada...só que sempre me alertavam e tal (...)”*.

Tratar a deficiência, seja ela qual for, com naturalidade parece ser uma idéia que não só funciona para o aproveitamento do potencial das pessoas com deficiência, mas também já está sendo reconhecida por profissionais que conseguiram transcender para um patamar superior no olhar ao ser humano.

“Parece que enquanto o tratávamos como uma criança excepcional, vendo mais aquilo que não era capaz de fazer, ele se comportava o tempo todo como um deficiente. Na medida em que mudávamos com ele, procurando prestar mais atenção no que ele era capaz de fazer ele virou outro” (ROSSETI-FERREIRA,PAG.64)

Outro aspecto relevante levantado pela pesquisa foi o despreparo dos profissionais, sentido e denunciado pelos sujeitos com deficiência. Esses sujeitos alegam que, diferentemente do que falam da família, esta sim lida muito melhor com a deficiência deles, enquanto a escola e demais profissionais, despreparados, excluíam-nos e até mesmo os marginalizavam: “(...) naquela época não existia nada voltado ao deficiente, por isso costumavam ficar em casae não era isso que minha família queria ...lutávamos para que ele fosse uma pessoa normal(...)”; “(...) não haviam professores preparados para lidar com o problema dele (...)”; “(...) foi minha mãe quem me alfabetizou (...)”; “(...) O seu sucesso deve exclusivamente a ela e o apoio recebido dos pais(...)”; “(...) faz muito tempo, ...não havia lugar que pudéssemos deixá-la (...)”; “(...) apesar do despreparo profissional (...)”; “(...) os professores não sabiam como lidar comigo, muitos até tentavam ajudar, mas não sabiam como (...)”; “(...) Os educadores não estavam preparados e não é culpa deles....a maioria falava para mim, eles ficavam assustados, pois não sabiam como fazer (...)”; “(...) eu ficava muitas vezes no fundo da sala sem entender nada, e o professor parecia que não me via... ou fingia? Sei lá? (...)”; “(...) eu acho que ele nunca tinha trabalhado com aluno com deficiência e se trabalhou agiu dessa forma e dessa forma tenha dado certo, aí ele pegou e me falou que eu não precisava apresentar nada,....só que eu tinha estudado, eu sabia e queria participar, eu tinha capacidade para fazer a atividade como os demais alunos (...)”.

100% dos entrevistados evidenciaram em frases diversas esse despreparo da escola e dos educadores: “(...) eu não considero que meus professores estavam bem preparados (...)”; “(...) eu por ser surdo acabava ficando no fundo da sala, muitas vezes ensinando LIBRAS para os meus colegas, mas eu não considero, hoje, que isso seja uma inclusão (...)”; “(...) os alunos tinham um preconceito contra eles, eles eram diferentes e por isso, eram humilhados pelos próprios alunos, que utilizavam brincadeiras de mau gosto,.. assim como eram humilhados pelos professores , porém de uma maneira mais camuflada....era difícil fazê-los ir novamente à escola (...) ”; “(...) Se eu fosse depender da má vontade dos professores em ensinar um aluno com deficiência, talvez eu seria um semi analfabeto, mas com força de vontade e querendo aprender, todas as barreiras são vencidas,... mas isso depende muito do apoio da família, amigos, colegas de classe (...)”.

Nas entrevistas, vê-se que as famílias mais antigas tiveram muito mais dificuldades em lidar com a sociedade na qual estavam inseridas quando as comparamos com as famílias que passaram pela mesma situação mais recentemente, ou seja, podemos ver que os deficientes antigamente ficavam mais à margem da sociedade e quando conseguiam superar esse preconceito, era com muito sacrifício e dava-se com a ajuda da família. Esse trecho de um dos entrevistados evidencia essa afirmação: “(...) as famílias geralmente mantinham seus filhos com algum tipo de problema em casa...eles não sabiam o que fazer...era uma época muito difícil, pois não tinha ninguém

preparado para lidar com isso...hoje tudo é diferente, antes não se falava em sala especial ou escola especial, muito menos em inclusão...sei algumas coisa porque fui buscar, não queria que ele ficasse trancado somente...ainda bem que os tempos mudaram (...)

Conforme já foi mencionado anteriormente, quando se está construindo o cognitivo das crianças, essa influência do meio é muito importante para que se possa construir o que “será de si” quando adulto. Essa interação do meio interfere tanto na pessoa com deficiência quanto nas que estão ao seu redor. A influência familiar, no processo de formação e construção da auto-eficácia dos sujeitos, esteve em todos os momentos presente nas falas dos entrevistados. E isso é o que de mais importante foi encontrado na pesquisa, essa crença nele mesmo, reforçada pela família: “(...) *minha família sempre me fez acreditar que eu era capaz (...)*”; “(...) *eles me apoiavam sempre (...)*”; “(...) *nunca me privaram de nada (...)*”.

Outro argumento que também esteve muito presente nas respostas de todos os sujeitos com deficiência entrevistados foi a importância de terem tido dentro da sua formação, de um modo geral, uma autonomia constante, exatamente por se considerarem e serem considerados capazes pela família. Em alguns casos, pode ser percebido que eles buscam sua autonomia quando ela não é lhe dada por um professor: “(...) *no colégio técnico que eu fiz, eu lembro uma vez em que era pra fazer um trabalho e era para apresentar era para ser apresentado, eu e minha dupla. Então o professor pediu para cada um fazer uma coisa, daí o que aconteceu.. aconteceu que o professor estava querendo me proteger, porque ele nunca.. eu acho que ele nunca tinha trabalhado com um aluno com deficiência e se trabalhou agiu dessa forma e dessa forma deu certo, aí ele pegou e falou que eu não precisava apresentar nada,...só que eu tinha estudado poxa! Ai ele não queria que eu apresenta-se tudo, na hora eu fiquei meio assim sem saber o que fazer ..então na hora eu peguei e fiquei quieto assim e tal,só que daí eu conversei com ele depois da aula ... conversei com ele só que o colégio ele privilegia a parte técnica daí por isso tem profissionais na escola que não são capacitados pedagogicamente, ...porque eu ate entendo a posição dele mas ele tem que ver que os deficientes não é todo mudo igual entendeu? Ai eu acho que eu é assim o erro dele foi classifica todo deficiente como sendo incapaz.., ou seja, um preconceito (...)*”.

Considerações finais

Ainda há muito a ser mudado no sistema educacional e a formação do professor é uma das mais importantes questões. Eles têm de estar preparados para fazer uma educação que inclua todos os alunos. Para isso, precisam quebrar primeiramente seus próprios paradigmas e acabar com as rotulações tão presentes na realidade escolar vigente.

Mudar essa realidade terá como consequência a mudança de atitude de todos que convivem na sala de aula com os alunos com “deficiência”, uma mudança na maneira como os “deficientes” são olhados, tratados e educados.

São dois caminhos diferentes: educação inclusiva e educação especial. Esta última já está sendo deixada para trás, porque a sociedade começa a reconhecer que uma educação de qualidade para todos é aquela que acontece na escola regular, respeitando-se as necessidades de cada aluno presente na sala, bem como valorizando as diferenças. Em outras palavras, é tempo de educação inclusiva.

Um dos aspectos mais fortes revelados pela presente pesquisa foi a questão da autonomia. As pessoas com deficiência declararam com unanimidade que as famílias apoiaram sua autonomia, tornando-as assim capazes e autoconfiantes. O fator *autonomia* possibilitou também a construção de uma auto-imagem positiva que se tornou a ferramenta crucial no enfrentamento do preconceito dentro da própria escola. Em

síntese, as pessoas cujas famílias prestaram atenção nesses aspectos tiveram sucesso e não cederam frente ao despreparo dos profissionais.

“A maioria das formações iniciais e continuadas de professores pretende que eles façam de seus alunos seres que aceitam passivamente o que deve ser aprendido e executado nas escolas.”
(MANTOAN, M. 2008, PG.13)

Faz-se mister que os profissionais, principalmente o professor, entendam que a pessoa com deficiência não é alguém frágil ou sem vontade própria, que não precisa ser dirigida. Ela assim como todos os alunos precisa ser reforçada e incentivada a explorar plenamente seu potencial em todos os níveis de atividades.

É necessário investigar se o currículo dos cursos de pedagogia está preparando professores adequadamente para contemplarem as necessidades em trabalhar com inclusão e com toda a diversidade presente nas salas de aula.

É primordial para que possamos criar um processo reflexivo dentro de nós mesmos e assim possamos nos tornar profissionais críticos, que ensinemos nossos alunos a serem críticos também, não sendo apenas depósitos de informações.

Estar cada vez mais preparado para os desafios apresentados constantemente significa resgatar valores imprescindíveis para a auto-estima positiva do indivíduo e isso é também missão do professor. Por exemplo, impor conteúdos sem primeiro conhecer seu aluno é não ver as necessidades individuais.

Todos têm deficiência: não são todos que conseguem jogar futebol, ou basquete, ou ainda fazer uma conta difícilíssima em matemática, dançar um determinado ritmo, etc. Mas a escola acaba construindo paradigmas que deixam de fora essa pessoa que é considerada diferente dos padrões impostos pela sociedade.

Frente a tudo que foi exposto até aqui, pedimos permissão ao leitor para abrimos um espaço de auto-reflexão. O objetivo não é outro senão demonstrar o quanto esse tema nos mobiliza e o quanto de convicção existe em cada palavra deste trabalho. Assim, passaremos a nos colocar na primeira pessoa da conjugação verbal.

Pensei muito sobre a minha própria formação, em como estaria preparada para lidar com assuntos pertinentes à teoria. E ao analisar todo esse processo, como já mencionei, percebi que havia apenas uma disciplina obrigatória dentro do currículo. Como é que poderemos lidar com tais assuntos com apenas uma disciplina? A grade curricular recebeu uma mudança para as turmas ingressantes em 2008, talvez para que essa lacuna seja suprida, mas será que é suficiente? Pois o que eu vi foi apenas a inclusão de LIBRAS no currículo e esta é ainda apenas uma aula introdutória. A cultura e a própria língua dos surdos é também insuficiente para a aprendizagem adequada e a preparação de um futuro formador/professor. Digo isso porque peguei a mesma disciplina como eletiva e no caso aprendi muito pouco da ampla cultura e o básico da própria língua. Você consegue falar fluentemente ou dar aula para uma pessoa que fala inglês aprendendo somente 6 meses da cultura e da língua?

Não é somente para criticar, mas sim para que haja um processo filosófico e reflexivo dentro do curso de formação de professores em geral, já que saímos com uma bagagem enorme, mas as incertezas estão presentes sempre. E para melhorar cada vez mais precisamos filosofar sobre todos os processos educacionais, tanto no âmbito universitário quanto no escolar.

Quando falamos em constituir um sujeito apto para dar aula, temos que considerar muito mais a atitude desse para lidar com vários tipos de acontecimentos, de contextos, realidades etc., e para que isso aconteça é preciso ter no currículo dos cursos

superiores disciplinas em que a diversidade humana deveria ser discutida, onde as situações que ocorreram na realidade escolar sejam explicitadas e esclarecidas, para que assim, possam ser futuros professores mais abertos e entendidos acerca das alteridades e diversidades humanas.

“Para ser capaz de situar numa nova organização de ensino e de gestão de classes, o professor precisa redimensionar seu sistema de crenças e valores.” (MANTOAN, M. 2008, PG.142)

Nesse estudo procurou-se inverter a ordem de fazer uma construção de um dado conhecimento, pois, por muito tempo os familiares buscavam muito a ajuda da escola para superar e construir seus paradigmas. Agora, através do paradigma familiar, pretende-se dar subsídios necessários para a construção de uma nova visão de deficiência abordada pela escola e pelos professores, ou seja, a família adequada como insumo para a formação de professores adequados, redimensionando suas crenças e valores também.

Portanto, ficou evidente neste estudo que os profissionais precisam de mais estrutura, preparação para lidar com os alunos em geral, tanto com aqueles com “deficiência”, quanto com todos os que apresentarem algum tipo de dificuldade. E cabe a todos os futuros educadores uma busca contínua de formação para estarem realmente preparados para lidar com todos os tipos de realidades. Em contra partida, também se tornou evidente que a família mostrou, mesmo que inato, um preparo em lidar com a diversidade de seus filhos e parentes com algum tipo de deficiência, e que acabaram construindo sujeitos mais capazes e crentes em si mesmos.

O que o presente estudo não conseguiu dar conta foi de determinar quais os fatores que fazem com que a família tenha uma atitude adequada para com aqueles

membros com deficiência. Algumas hipóteses: nível educacional? Nível sócio-econômico? Religião? Etnia? Quanto às duas primeiras, ou seja, nível educacional ou sócio-econômico, cabe ressaltar que, dentre os sujeitos pesquisados, algumas de suas famílias são de origem mais humilde e sem muita escolarização, jogando por terra, portanto, essa hipótese.

São necessárias, pois, mais pesquisas sobre esse tema, que apontem novos e eficientes caminhos para servirem de subsídios teóricos na formação de profissionais que se interessem por essa área.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA:

ABRAMOWICZ, A. E SILVÉRIO, R. (org.); *Afirmando as Diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*, Campinas, SP: PAPIRUS, 2005.

ABREU JR.,L. *Conhecimento transdisciplinar: O Cenário Epistemológico da complexidade*.Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

ANDRE,M. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BARTHES,R. *AULA*.São Paulo:cultrix, 1999.

BRASIL, Congresso Nacional. *Constituição: República federativa do Brasil*. Brasília: Centro gráfico, 1988.

_____. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), (1994).

_____. Ministério da Educação *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília Secretaria de Educação Especial- MEC; SEESP, (2001).

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto Editora, Portugal, 1994, p. 89-105.

CHACON, M. C. M., DEFENDI, E. L., FELIPPE, M. C. G. C. A família como parceira no processo de desenvolvimento e educação do deficiente visual. *A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores*. Elcie F.

Salzano Masini (org). São Paulo: Vetor. (2007).

FREINET, Célestin, Para uma Escola do Povo: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, P; *Pedagogia da Autonomia: Ensinar exige respeito à autonomia do ser educando*, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

____. *Educação como prática da liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, M. *O Paradigma do Oprimido*, Revista Pedagógica Pátio, ano IX, número 35, agosto/outubro de 2005. ED. Artmed.

GERALDI, C. *Escola Viva*, Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

GREGO, M. A Crise dos paradigmas, rigor científico e novos desafios. Em: MEDINA, C; GREGO, M. (org.) *Saber plural: o discurso fragmentalista da ciência e a crise dos paradigmas*. São Paulo: ECA/USP, 1994.

LARROSA, J. Sobre a lição – ou do ensinar e do aprender na amizade e na liberdade. In: *Pedagogia Profana – danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ORTIZ DE SILVA, M.D *Educação e inclusão de pessoas deficientes: formação profissional do pedagogo na Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP*. Campinas, SP: [s.n.], 2009

MANTOAN, M. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

____. *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MIRANDA, L. P.; RESEGUE, R.; FIGUEIRAS, A. C. DE M. (2003). *A criança e o adolescente com problemas do desenvolvimento no ambulatório de pediatria*. J. Pediatr. (Rio de J.), Porto

MOTA, G. *Inclusão Educacional das Pessoas Portadoras de Deficiência*; Disponível na internet: <http://www.profala.com/arteducesp98.htm> - Acesso em 24/11/2008.

PASQUALIN, L. Relação profissional de saúde e família de crianças com deficiência: ansiedade que inviabiliza o diálogo. *Boletim de Psicologia*. 51, 115, jul/dez, (2001), 215-234.

PRETTO, N. (ORG.). *Globalização e educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária*. Ijuí: Ed. Unijuí, 200.

ROSSET-FERREIRA, M. [et. al.] *Os fazeres da educação infantil*. São Paulo: Cortez . CINDED, 2009.

SILVA, P. *Inclusão na Universidade: um estudo sobre ações afirmativas/ inclusivas na UNICAMP*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

STEINBERG, R. e KINCHELOE, J. Introdução in *Cultura infantil: a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.9-52.

TRIVINOS, Augusto N.S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação*. S.P.: Atlas, 1992, p 133-136.

VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WERNECCK, H. *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

ANEXOS

Anexo1

Questionário para a família:

- 1) Como foi a reação de vocês ao saber da deficiência dele (a)?
- 2) Como foi a criação dele (a)?
- 3) Vocês procuraram ajuda de algum profissional? Quais?
- 4) Buscavam sempre apoiar as decisões dele (a)? Ficavam temerosos em deixá-lo fazer coisas novas? Isso atrapalhava em algo?
- 5) Havia cobranças para ele (a) da mesma maneira que havia para os demais filhos ou crianças da família (caso seja filho único)?
- 6) Como foi a escolarização dele (a)?
- 7) Fez escola regular ou especial? Por que a escolha?
- 8) Você considera que os educadores estavam bem preparados? Eles ajudavam? Por que e em que?
- 9) Havia um dialogo entre a escola e família? Como?
- 10) Na opinião de vocês, o que ajudou para que ele (a) seja bem sucedido (a) hoje?

Anexo 2:

Questionário para a pessoa com deficiência:

- 1) Como foi sua escolarização? Você considera que foi boa? Por quê?
- 2) Onde estudou? Por quê?
- 3) Você se considera bem sucedido? Por quê?
- 4) Sua deficiência te privou de fazer alguma coisa que desejasse ou sempre buscou realizar todos os seus objetivos, mesmo com dificuldades?
- 5) Sua família te ajudou nas suas conquistas? Como?
- 6) Sua família te apoiava ou te privava de fazer as coisas?
- 7) Como eles te apoiavam? Teve em algum momento um profissional dando conselhos de como deveriam te ajudar ou simplesmente seguiram como considerassem que fosse o melhor para você (instintivamente)?
- 8) Quantos irmãos você tem? Seus pais tratavam todos os filhos iguais? Você recebia mais, menos ou o mesmo tanto de cobranças que os seus irmãos?
- 9) Posso fazer perguntas para sua família também?

Anexo 3:

Os sujeitos entrevistados:

Pessoas com deficiência:

Cabe ressaltar que os sujeitos da pesquisa eram todos com nível superior completo, com idade entre 25-55 anos, atualmente trabalhando e/ou realizando pesquisas (mestrado), cerca de 90% moram sozinhos ou com dependentes, a maioria de classe media/alta.

O primeiro dos entrevistados realiza mestrado atualmente, o segundo tem um comércio próprio, o terceiro é gerente de um supermercado, o quarto é jornalista, o quinto escritora e professora, o sexto trabalha em uma empresa, o sétimo, o oitavo e o nono não descreveram suas funções, o décimo é professor universitário, e os demais entrevistados também apresentam o mesmo nível empregatício.

Em relação ao gênero, foi bem diversificado, tendo em média 60% de mulheres e 40% de homens. Isso foi aleatório, já que as entrevistas eram feitas por indicação dos próprios entrevistados.

Quando não havia vínculo com alguém conhecido, muitos deficientes ficavam temerosos em responder as perguntas e isso aumentava quando as perguntas eram dirigidas aos parentes. Porém, aqueles que realizaram a entrevista foram muito solícitos e abertos ao falar sobre a “deficiência” e a formação de um modo geral.

Respectivas famílias:

As famílias dos entrevistados demonstraram na sua maioria um nível escolar alto e um nível sócio econômico compatível com os dos primeiros sujeitos, tendo boa articulação ao falar e/ou escrever. Elas realmente demonstram em palavras e atitudes que o membro da família com algum tipo de “deficiência” é tido e tratado como uma pessoa normal. A faixa etária dos segundos sujeitos entrevistados era acima de 30 anos de idade e na maioria com um vínculo familiar direto aos primeiros entrevistados (pai, mãe, Irmã, irmão...).

"...E o que vier a mim de maneira nenhuma o lançarei fora".

(O Santo Evangelho Segundo S. João)

